

A MAIOR HUMILHAÇÃO

Mais uma vez, e a propósito de factos de extrema gravidade para a Nação, D.I. procura dar ao povo português algumas das notícias a respeito de si próprio que correram mundo e que a ele foram recusadas por um poder cada vez mais medrôntado em face dos acontecimentos.

Do panorama que procurámos dar dos sucessos ocorridos em Macau de 15 de Novembro a 30 de Janeiro p.p. - e para o qual nos foi possível obter desta vez, não só recortes da imprensa estrangeira, mas também comunicados de agências noticiosas (integralmente censuradas) - dois aspectos queremos salientar:

1ª - o grande interesse da declaração feita pelo chefe da missão enviada de Lisboa: "os problemas devem ser resolvidos pacificamente, de uma maneira ou de outra, mais cedo ou mais tarde". Trata-se de uma atitude inteiramente nova na política ultramarina portuguesa, que bem podia ter assegurado uma presença portuguesa em Goa e que é a única atitude humana e cristã: a guerra que se persiste manter em África dizima as populações, desmoraliza o País e cria o ódio.

2ª - o desmentido flagrante das teses oficiais acerca da pretensa igualdade das parcelas do território: onde, em Lisboa ou Luanda, os sindicatos esquerdistas e as bandeiras vermelhas? Onde as autoridades policíais demitidas e censuradas por uma repressão sanguinolenta? Onde as negociações dos governadores com comissões locais representando o Povo?

Com este relato dos acontecimentos de Macau, não pretendemos acusar o governo de não ter sabido defender a honra do País. Quem segue o curso da História bem sabe que enxovalhos como este são a consequência fatal de situações coloniais. Aquilo de que o acusamos - e de que todo o português digno deve acusá-lo, mesmo que seja das Direitas - é de vedar aos primeiros interessados, a todos nós, o conhecimento de factos capitais. É essa a verdadeira humilhação; a que sofremos em Macau não tem grande importância ao pé desta, a que há 40 anos um povo inteiro tem estado permanentemente submetido.



MACAU SOB A LEI DO MEDO

(Reportagem do magazine "La Actualidad Española de 9/2/1967)

... O chefe comunista de Macau, Ho Yin, é o rei do ouro, que compra em África, no México, etc e que vende a outros países. Visto de Hong-Kong, Macau é também o lugar dos casinos e dos jogos de azar proibidos na colónia britânica. Ali vão muitos chineses e numerosos turistas japoneses jogar o seu dinheiro nos casinos do chefe comunista Ho Yin. Os turistas fazem a viagem nos hidrofoils dominados por Ho Yin e alojam-se em alguns dos hotéis do mesmo Ho Yin... o grande senhor da Câmara do Comércio de Macau...

(...) No dia anterior ao ultimatum passeávamos pelo porto de Macau com um espanhol do grupo de "Bombeiro Toureiro", que durante vinte dias fizeram rir os chineses com grande êxito na praça de touros. Parámos junto de barco comunista da carreira de Cantão do qual desembarcavam grandes caixas de ovos - todos os alimentos e água de Macau vêm da China - e chamou-nos a atenção a marca de origem: "República Popular Chinesa". António disparou uma fotografia e, como ferido por um raio, um marinheiro vermelho lançou-se sobre nós, vociferando com gestos ameaçadores. Exigia que lhe entregássemos o carroto. Entretanto, fomos rodeados por uma chusma de carregadores chineses de muito má catadura. O marinheiro estava colérico. Todos nos olhavam em silêncio, com seus olhos oblíquos, impenetráveis, duros. Por um momento, pensei que se aquela gente se lembrava de nos dar uma sova, ninguém nos podia salvar. Acorreu um polícia português, que em vez de defender os nossos interesses, pediu-nos por favor que entregássemos o rolo ao comunista. Depois de uma longa discussão, durante a qual o marinheiro fazia gestos cada vez mais coléricos - a sua cara de ódio era verdadeiramente impressionante - António atendeu ao pedido do português e entregou o carroto. O comunista atirou-o ao chão, despedaçou-o com as botas, desenrolou a película e no-la atirou à cara. Afastámo-nos simulando serenidade ...

(...) Portugal já não tem força para defender este povo. Como consentiram que os comunistas se apoderassem dos jornais? Como não protestaram pela violação das águas portuguesas quando os guarda-costas vermelhos se passearam pelo porto? Como lhes entregaram os nacionalistas chineses? Não têm força. A China exige e Portugal cede ... Mas não pode deixar esta gente. É uma responsabilidade moral terrível. Creio que deveriam pedir o apoio da ONU, oferecer à ONU a tutela da população maccense...

DIREITO À INFORMAÇÃO NÃO É SÓ PARA SI - NÃO O GUARDE EM SUA CASA: PASSE-O AOS AMIGOS, AOS COLEGAS, AOS FAMILIARES.

UMA GÊNCIA NOTICIOS RELATA OS ACONTECIMENTOS

Saqueados os Paços do Concelho

Macau, 20.1.57 - Chegou-se finalmente a um acordo entre as autoridades portuguesas e os representantes dos sectores comunistas da comunidade chinesa de Macau, segundo hoje declarou aos jornalistas um alto funcionário do governo da província.

"Foi possível chegar-se a um acordo e esperamos que a partir do momento da sua assinatura cessem, finalmente, o desassossego e a inquietação em que esta cidade tem vivido" - declarou esse funcionário.

O acordo deve ser assinado amanhã - segundo revelaram, por seu lado, os chefes esquerdistas da comunidade chinesa, a qual se prepara para festejar com fogos de artifício o fim de uma crise que já se prolongava por quasi dois meses.

A crise teve, com efeito, início nos distúrbios provocados pelos esquerdistas em Macau, nos dias 3 e 4 de Dezembro, a pretexto de um incidente registado na ilha da Taipa, quinze dias antes, entre a polícia e operários chineses da construção civil que demoliam, sem autorização do município, um velho edifício, para em seu lugar edificarem uma escola.

No dia 3 de Dezembro uma exaltada multidão de chineses, em que predominavam os jovens, assaltou, depredou e saqueou alguns dos principais edifícios da cidade, nomeadamente o Leal Senado - nome que em Macau têm os Paços do Concelho. Foram lançados das janelas, para a rua, os documentos que constituíam o arquivo histórico de Macau e o mesmo sucedeu com toda a documentação da secretaria notarial, em parte, mais tarde, incendiada. Simultaneamente, alguns civis portugueses e agentes da polícia eram agredidos pelos desordeiros. Um desses civis chegou mesmo a ser espancado com uma barra de ferro.

Perante a gravidade dos acontecimentos, as autoridades, as autoridades da província determinaram que patrulhas do exército percorressem a cidade e que a ordem de recolher fosse obrigatória para toda a população entre o pôr e o nascer do sol.

A repressão e a resposta que teve

No dia seguinte, porém, os distúrbios recomeçaram e a multidão pretendeu de novo assaltar o edifício do Leal Senado, ao que se opuseram as forças que o guardavam, disparando primeiro para o ar - por três vezes - e, por último, já em perigo de

serem envolvidas, com pontarias baixas, descargas estas de uma sequência das quais foram mortos oito chineses e ficaram feridos, mas sem qualquer espécie de gravidade, 167 outros.

Restabeleceu-se assim a ordem na cidade, mas imediatamente os chefes das agromiações da comunidade chinesa de Macau controladas pelos comunistas formularam, a esse respeito, toda uma série de reivindicações e de exigências, apoiadas, no outro lado da fronteira, pelos comícios contra Portugal que os "guarda vermelhos" se apressaram a promover em Cantão, noutras cidades e mesmo a poucos metros da "Porta do Cerco" - e, dias depois, pelas próprias autoridades comunistas chinesas da província de Kuangtung, fronteira de Macau.

As conversações (a que deram origem essas reivindicações e exigências) por um lado entre os representantes do governador - brigadeiro Nobre de Carvalho - e os chefes dos sectores comunistas da comunidade chinesa e por outro lado entre esses representantes e delegados das autoridades da província de Kuangtung, tiveram o seu início em 11 de Dezembro.

A atitude adoptada pelo governador foi desde logo conciliadora, tendo-se imediatamente prontificado, por exemplo, a autorizar e pagar os funerais das oito vítimas dos distúrbios do dia 4 e a indemnizar as respectivas famílias. Simultaneamente, tomaram-se medidas para que os chineses nacionalistas residentes ou refugiados em Macau não igrassem bandeiras da China insular nem tivessem iniciativas susceptíveis de serem interpretadas, pelos chineses esquerdistas, como "provocadoras".

A Associação Comercial, quartel general dos esquerdistas

A determinada altura, e quando parecia que as conversações se aproximavam do seu termo e iriam concluir-se satisfatoriamente para ambas as partes, mudaram as autoridades da província de Kuangtung, em consequência da chamada "revolução cultural" e as novas autoridades mostraram-se, desde que tomaram posse dos seus lugares, mais exigentes do que as anteriores. Paralelamente, mostraram-se também menos conciliadoras, a partir desse momento, os chineses com que as autoridades portuguesas debatiam o problema em Macau.

Assim foram passando os dias, sucedendo-se os encontros dos representantes do governador de Macau com os representantes das autoridades chinesas vizinhas e as reuniões dos chefes esquerdistas de Macau na Associação Comercial, transformada agora no seu quartel general.

Entretanto, pequenos navios de guerra comunistas chineses, umas vezes em número de seis, outras vezes em número de oito, cruzavam incessantemente em frente de Macau, cujas águas territoriais viriam, por duas vezes, a violar, chegando uma dessas canhoneiras a aproximar-se dos casis a cerca de 30 m. Ao mesmo tempo, constava, e parece que não inteiramente sem fundamento, que dois regimentos chineses estavam acampados não longe da fronteira, enquanto em Cantão os "guarda vermelhos" ameaçavam marchar contra Macau.

Uma missão de Lisboa

Na segunda-feira, dia 23, à noite, poucas horas depois da primeira violação das águas territoriais portuguesas pelas canhoneiras comunistas chinesas, chegou a Macau, procedente de Lisboa, via Hong-Kong, uma missão portuguesa, constituída pelo comodoro Correia de Barros, antigo governador desta província, pelo dr. Hall Themido, director geral dos negócios políticos do ministério dos negócios estrangeiros, e pelo dr. Ribeiro da Cunha, funcionário do ministério do Ultramar, dos quais só o primeiro permanece ainda em Macau, tendo já regressado a Lisboa os outros dois.

Em Macau chegou a noticiar-se que esta missão iria a Pequim, mas em Lisboa tal informação foi muito categoricamente desmentida nos círculos oficiais.

Represálias contra os portugueses

Depois, terça-feira, dia 24, os chefes dos sectores comunistas da comunidade chinesa de Macau anunciaram que no dia seguinte entraria em vigor um programa de represálias contra as autoridades portuguesas e todos os portugueses que vestissem um uniforme, represálias essas que se iriam agravando à medida que as autoridades da província protelassem a sua plena anuência às exigências formuladas.

Assentava em três pontos esse programa de represálias:

- Nenhum chinês pagaria mais às autoridades portuguesas quaisquer impostos ou taxas;
- Nenhum chinês venderia mais nos organismos do governo da província e a todas as pessoas relacionadas com o governo, fosse o que fosse;
- Nenhum chinês permitiria mais que essas mesmas pessoas se utilizassem de automóveis, autocarros, triciclos de aluguer, hotéis, restaurantes, cinemas e barbearias que fossem da propriedade de chineses.

Por um lado, o anunciado programa de represálias, que oficialmente entrou em vigor no dia 25, quarta-feira, constituiu, para os caciques comunistas de Macau, um fracasso. Na sua maioria, os restaurantes e estabelecimentos comerciais, para não terem de deixar de servir os portugueses, cerraram as suas portas, apesar de intimidados pelos comunistas a que não o fizessem. E uma multidão de vendedores ambulantes, muitos deles procedentes da própria China, espalhou-se pela cidade, abastecendo a população - tanto a portugueses como a chineses - de aves, de peixe, de hortaliça e de fruta.

Por outro lado, todavia, não deixou de acrescentar novas preocupações às muitas que já afligiam as autoridades portuguesas de Macau.

Embora os dirigentes esquerdistas tivessem anunciado que das represálias seriam vítimas apenas os funcionários portugueses e não os outros portugueses, sem funções no governo da província, da boicotagem, onde esta alcançou êxito, foram todos os portugueses por igual vítimas.

Além disso, os chineses impediram o acesso de quaisquer portugueses até aos "ferryboats" que estabelecem ligação entre a cidade e as ilhas de Coloane e da Taipá, onde alguns desses portugueses têm as suas casas.

Um método novo: resolução pacífica dos problemas

Embora fossem de recear a todo o momento que eclodissem incidentes graves entre portugueses e chineses, motivados pela aplicação de tais represálias, o comodoro Correia de Barros, ao ser entrevistado no quinta-feira, dia 25, pelo correspondente em Macau de uma agência noticiosa internacional, declarava, no entanto:

"Os problemas devem ser resolvidos pacificamente de uma maneira ou de outra e mais cedo ou mais tarde."

Já anteriormente, no dia 23, as autoridades de Macau haviam, pela primeira vez, quebrado oficialmente o silêncio acerca da situação, para declararem que, "o governo da província considerava um dever informar o público" acerca da evolução das conversações em curso e que "graves dificuldades se haviam levantado devido a muitos delicados problemas" em debate.

No mesmo comunicado - que foi lido pela rádio - dizia-se que algumas das condições postas pela secretaria dos negócios estrangeiros da província de Kungtung se relacionavam com as próprias relações internacionais entre Portugal e a China.

Por enquanto é extemporâneo dizer-se que de acordo com o assis-

então está anunciada para amanhã constam estas ou aquelas condições ou cláusulas. Ignoram-se por completo os termos em que está redigido, assim como se ignoram também o local onde será assinado e o nome das individualidades que devem firmá-lo em representação das duas partes.

Igualmente se ignora em que medida afectará o valor do acordo agora, enfim, estabelecido, a notícia que acaba de chegar a Macau, de que mais uma vez mudaram hoje as autoridades da província de Kuangtung e de que estão em fuga as que haviam sido instaladas com o apoio dos adeptos da "revolução cultural".

A MESMA AGÊNCIA NOTICIA A ASSINATURA DO ACORDO

Macau, 29.1.67

A comissão dos treze

Depois de conversações que se prolongaram desde o dia 11 de Dezembro até ontem, o governador de Macau, brigadeiro Nobre de Carvalho, e os representantes das agremiações controladas pelo sector esquerdista da população chinesa da cidade, assinaram hoje, às 14 horas e 15 locais, um acordo que, segundo se espera, porá termo à situação criada pelos incidentes de 3 e 4 de Dezembro.

Os termos do acordo, que foi assinado no salão nobre da Associação Comercial de Macau, não foram ainda tornados públicos.

O governador Nobre de Carvalho, ao chegar à Associação Comercial, onde era aguardado por todos os membros da chamada "comissão dos treze", foi aclamado por uma multidão avaliada pelos observadores, em dez mil pessoas.

Logo que o acordo foi assinado, a "comissão dos treze" deu instruções para que imediatamente se levantasse a boicotagem em vigor desde a quarta-feira contra os portugueses, aos quais os chineses impediam que utilizassem os "ferryboats" entre a cidade e as ilhas de Taipa e de Coloane, os autocarros, os taxis, os restaurantes, os hotéis, os cinemas e os mercados.

O dia amanheceu com as ruas apinhadas de chineses, os quais celebram jubilosamente a assinatura do acordo, que um dos chefes esquerdistas locais declarou ser satisfatório para ambas as partes.

O sindicato dos trabalhadores de Macau

Ontem à fim da tarde um dos jornais chineses de Macau, o "Wai Kio Yat Pao" lançou uma edição especial, disputada aos ven-

deletores por uma multidão ávida de notícias e que dava alguns pormenores - supõe-se que verídicos - acerca do acordo assinado hoje.

Segundo o "Wah Kiu Yat Pao", teria obtido o jornal esses pormenores de Leung Pui, secretário geral do Sindicato (comunista) dos trabalhadores de Macau.

O governador censura e demite as autoridades portuguesas

Pelo que se depreende do que escreve o jornal chinês, do texto do acordo os chineses acabaram por cortar todas as palavras ofensivas para as autoridades portuguesas e em que vinham insistindo, tais como "assassinos". Por seu turno, o governador censura o procedimento das autoridades portuguesas que tiveram a seu cargo a repressão dos distúrbios e que já foram, entretanto, demitidas e enviadas para Lisboa, enquanto corre um inquérito oficial a esse respeito.

Bandeiras vermelhas, retratos de Mao e canções comunistas

Numerosas bandeiras vermelhas flutuam em Macau, hoje. Em algumas ruas vêm-se afixados cartazes com o retrato de Mao Tse-Tung. Ouvém-se também, cantadas por grupos de jovens, canções comunistas. A tensão, porém, desapareceu por completo e a impressão geral é de que não será impossível restabelecer entre as duas comunidades a atmosfera de recíproca confiança, característica de Macau desde que no sec. XVI os portugueses aqui desembarcaram e se estabeleceram.

Ao longo de todas as conversações, já entre os delegados do governo da província e a "comissão dos treze", presidida pelo multi-milionário comunista Ho-Yin, já entre os mesmos delegados e as autoridades da vizinha província de Kuangtung, que apoiavam aquela comissão, o brigadeiro Nobre de Carvalho deu as maiores provas de prudência, de serenidade e de coragem, ao enfrentar uma situação pela qual, governador acabado de chegar a esta província, de modo algum podia ser responsabilizado.

De qualquer modo, o acordo não se concluiu sem que viesse de Lisboa a Macau a missão constituída pelo comodoro Correia de Barros, antigo governador de Macau, e pelos Drs. Hall Themido e Ribeiro da Cunha, altos funcionários respectivamente dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar.

É o governador que se desloca à Associação Comercial, para assinar o acordo.

Para a assinatura do acordo o governador chegou à Associação Comercial, no Largo do Senado, precisamente às 14 horas locais, acompanhado pelo seu chefe de gabinete, major Mesquita

Borges, pelo seu ajudante de campo, segundo tenente da Armada - A. Liz e pelo vice-presidente do Conselho Legislativo de Macau, Dr. Aldorfe Jorge. O brigadeiro Nobre de Carvalho apresentou-se à paisana, com um fato azul.

Depois de saudado por uma multidão de cerca de dez mil jovens chineses, recebeu à porta da Associação Comercial, os cumprimentos dos membros da "comissão dos treze", tendo sido o primeiro a trocar um aperto de mão com o governador, o secretário geral do sindicato dos trabalhadores de Macau, Leung Pui, que, na opinião dos observadores, foi o mais duro e mais activo dos chefes esquerdistas, durante e depois dos tumultos de 3 e 4 de Dezembro.

Portugueses e chineses sentaram-se defronte uns dos outros para a leitura do acordo, primeiro no texto em português, depois no texto em chinês, seguindo-se a aposição das assinaturas. Doze minutos volvidos sobre o momento em que tivera início, a cerimónia estava concluída e o governador retirava-se, de novo saudado pela multidão.

Vinte minutos mais tarde, os chefes esquerdistas, de acordo com o compromisso que haviam tomado, davam por terminada a boicotagem que haviam decretado contra os portugueses.

Outro acordo

Além do acordo assinado hoje entre o governador de Macau e a "comissão dos treze" em representação das agremiações esquerdistas da comunidade chinesa da cidade, outro acordo - este de quatro pontos - deve ter ficado também hoje definitivamente estabelecido, para o que atravessaram esta tarde a fronteira para um encontro com os representantes das autoridades chinesas da vizinha província de Kuangtung, o chefe do gabinete do governador, major Mesquita Borges, o vice-presidente do conselho Legislativo, Dr. Aldorfe Jorge e o intérprete Roque Choi. (ANI) (os sub-títulos são da redacção)

THE STAR (Hong-Kong) 28.1.1967

(...) Foi revelado que um acordo poderá ser proposto à assinatura do governador, se os 13 representantes concordarem com o que foi discutido ontem à noite entre o sr. Dr e o governador. Entretanto, foi dada indicação às escolas católicas de Macau para içarem a bandeira vermelha aos domingos.

RESOLVIDA A CRISE EM MACAU

"South China Morning Post" (Hong-Kong) 30.1.67
O governador assina um acordo com exigências chinesas; os habitantes celebram o seu júbilo. Do nosso correspondente, Macau - 29 Jan.

Entre o barulho de foguetes por todo o Macau, o governador, brigadeiro José Nobre de Carvalho, assinou hoje um documento que põe fim ao "incidente Macaense" que durava há já dois meses e meio. O documento era uma aceitação dos 6 pontos exigidos pelos esquerdistas chineses de Macau (...). Os 4 pontos principais do acordo, segundo A.F.P. foram:

- 1) As autoridades portuguesas apresentam desculpas públicas à população chinesa de Macau, por causa da acção das forças de segurança que abriram fogo e mataram 8 pessoas durante os tumultos de 3 e 4 de Dezembro. O governo macaense prometeu que de futuro não haveria perseguição à população chinesa.
- 2) São proibidas todas as organizações opostas à República Popular Chinesa. As bandeiras dos países não afectos a Pequim não deverão ser içadas em Macau.
- 3) Indemnizações no valor de H.K. \$2.045.400 deverão ser pagas pela perda de vidas e pelos feridos e também àquelles que sofreram perdas, em consequência dos incidentes.
- 4) São castigados quatro funcionários portugueses altamente colocados, sobre quem caiu a responsabilidade dos tumultos: coronel Carlos Cerveira, anteriormente comandante das Forças Armadas, tenente coronel Galvão Figueiredo, anteriormente comandante da Polícia, major A. Antunes, anteriormente 2º comandante da Polícia e o sr. Rui de Andrade, funcionário na ilha de Taipa na altura do incidente do dia 15 de Novembro.

Mais de uma hora antes da chegada do governador à Câmara Chinesa do Comércio, onde se verificou o acto de assinatura, milhares de chineses estavam concentrados lá fora, nas ruas, na Praça Mesquita e na rua de S. Domingos, esperando este grande momento na história de Macau, longa de 400 anos. Controladores, usando brocheiras vermelhas, e servindo-se de alti-falantes, mantinham as pessoas em grupos ordenados, deixando lugar suficiente para os automóveis dos funcionários poderem passar. O governador, acompanhado do seu ajudante de campo, tenente Mendes Liz, chegou no seu automóvel oficial, às 2 horas exactas, assim como outros elementos portugueses, o major Mesquita Borges, Dr. Adolfo Jorge e o sr. Rocki Choi. Logo que o governador saiu do seu automóvel, uma parte da multidão perto da Câmara do Comércio, começou a gritar e algumas pessoas tentaram atingir o grupo português. No entanto, foram impedidos de o fazer pelos controladores, que formaram uma cor-

rente humana dando os braços uns aos outros, enquanto outros acalmavam o grupo. No segundo andar, o governador foi recebido pelo sr. Ho Yin, director da Câmara chinesa de Comércio, pelo sr. Leung Pui, director do Sindicato dos Trabalhadores e por outros membros do comité dos 13, representando os chineses de Macau. Depois de o governador ter cumprimentado todos, os funcionários sentaram-se em volta de uma longa mesa coberta de pano de arroz, colocada a meio da sala de reuniões, com os representantes portugueses à sua esquerda. Na parede de trás estava um retrato de sr. Mao Tse-Tung, flanqueado por duas bandeiras vermelhas. O major Borges leu a versão portuguesa e o sr. Racki Choi a versão chinesa, depois do que o governador assinou o documento de aceitação e deu-o ao sr. Leung Pui. Depois de ter sido servida uma chávena de chá, o governador e os outros representantes saíram (...) Com a assinatura do acordo final às exigências chinesas, a boicotagem anti-portuguesa terminou. E agora funcionários públicos portugueses, polícias e soldados, podem novamente entrar em cafés, restaurantes e cinemas e servir-se de autocarros, de taxis e de pedi-taxis. Milhares de bandeiras comunistas podiam hoje ver-se por toda a cidade, juntamente com cartazes com os pensamentos do sr. Mao Tse-Tung, alguns dos quais proclamavam a "vitória do povo" sobre o governo de Macau, informou a UPI. Havia muitas pessoas nas ruas marchando em pequenos grupos e cantando canções comunistas. Realizaram-se "Reuniões de vitória" em várias escolas esquerdistas. Em Lisboa, o governo português guardou silêncio acerca do acordo, disse a A.P.

RECUDO PORTUGUÊS EM MACAU (Le Monde, 14/12/1966 - Editorial)

Macau, pequena colónia, ou mais precisamente, "província" de Portugal ao lado da China gigante, acaba de escapar a uma crise muito grave que poderia ter terminado pelo seu desaparecimento. O conflito resolveu-se à custa da aceitação de exigências formuladas pela China Popular em consequência dos recentes motins (...) A crise deu-se num momento em que as dificuldades se multiplicam para o regime de Salazar: condenação muito severa da política portuguesa na ONU, resolução muito dura, na conferência de Unesco, com a exclusão de Portugal, extensão da guerra em Angola, Moçambique e Guiné. A inquietação cresce em Lisboa, nos meios dirigentes, em face da deterioração económica e financeira que resulta da situação africana. O golpe recebido em Macau será uma nova causa de inquietação e ansiedade, e a interrogação surge se essas dificuldades acumuladas no plano internacional não virão a ter repercussões sobre a política inter-

Para José Nobre de Carvalho, o governador de Macau, a humilhação foi total. Chamado ao seu escritório, a aparente sede do Poder da minúscula colónia portuguesa, de Carvalho atravessou por entre grandes grupos de jovens zangados e dirigiu-se à Câmara Chinesa de Comércio, o quartel-general dos verdadeiros chefes de Macau. Aí, sob um retrato de Mao Tse-Tung e sob bandeiras comunistas vermelhas e douradas, ele assinou uma confissão objecta de responsabilidade pelos tumultos que agitaram Macau em Dezembro último. (...) E era óbvio que Pequim não ia deixar que Lisboa esquecesse quem mandava em Macau. De facto, pouco depois da rendição de Carvalho, as autoridades da China comunista da vizinha província de Kúangtung devolveram o acordo por ter sido assinado com uma caneta esferográfica e, diziam eles ofendidos, isso não podia ser.

A VISÃO DOS ACONTECIMENTOS IMPOSTA AO POVO PORTUGUÊS

Três dias depois dos tumultos mais graves, o Diário de Notícias de 6/12/66 publicou na última página uma notícia modesta, dizendo que, depois dos incidentes verificados em 3 e 4 se tinha restabelecido a ordem pública. Falava vagamente de concentrações de jovens no centro da cidade e nos danos causados a alguns edifícios públicos.

45 dias depois dos mesmos acontecimentos, enquanto as canhoineiras chinesas se passeavam no porto interior, é que os jornais publicam o primeiro relato - desta vez com destaque - mas muito incompleto e deformado (Diário de Notícias, 17/1/67).

Finalmente, a notícia publicada pelo mesmo periódico sobre a assinatura do acordo, foi a seguinte (30/1/67): "Macau, 29 - Concluíram-se hoje as conversações que desde 11 de Dezembro, decorriam entre as autoridades de Macau e as da província de Kuangtung. Pode considerar-se assim encerrado o incidente que lhas deu origem. (ANI e L.)"

A 2 de Fevereiro, uma nota oficiosa do Ministério do Ultramar, ocultando inteiramente a verdade dos factos, dizia, por exemplo, que durante as negociações, o governador tinha sempre mostrado a maior boa-vontade. E aludia à especulação feita em certos sectores da imprensa estrangeira. É a este sector que pertencem, certamente, os jornais e revistas que transcrevemos e as muitas outras que, por falta de espaço, não nos foi possível publicar ex-

